

COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL - CBPM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020** **(Em reais, excluídos os centavos)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM, é uma sociedade anônima de economia mista, constituída nos termos da Lei Estadual no. 3.093, de 18 de dezembro de 1972, e regida pelo seu Estatuto, pela Lei no. 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pela Lei no. 13.303 de 30 de junho de 2016 e demais dispositivos legais aplicáveis. Tem sede e foro na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia e poderá, tendo em vista o seu objeto social, criar ou extinguir agências e filiais, departamentos ou escritórios administrativos, técnicos ou de representação dentro do Estado da Bahia ou fora dele.

A CBPM tem por objeto a pesquisa, a prospecção e qualquer forma de aproveitamento econômico de minérios, podendo:

- Prestar serviços técnicos e administrativos ao Estado da Bahia;
- Prestar assistência técnica e administrativa a mineradores particulares;
- Executar projetos próprios de pesquisa mineral;
- Executar a lavra, o beneficiamento e a comercialização de bens minerais, bem como o desempenho de atividades correlatas e/ou complementares, inclusive industriais, que se enquadrem nos seus objetivos.

Para consecução dos seus objetivos e suas finalidades a CBPM poderá:

- Requerer a autorização para pesquisa mineral;
- Requerer concessão para lavra das jazidas que ofereçam melhores possibilidades econômicas;
- Negociar com terceiros os direitos minerários de sua titularidade, sobretudo aqueles em fase de concessão de lavra, uma vez configurada a exequibilidade de seu aproveitamento econômico e conveniência financeira;
- Celebrar acordos e convênios de cooperação técnica ou financeira com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

A Companhia é o agente indutor do desenvolvimento do setor mineral no Estado da Bahia. Sua atuação é centrada na ampliação e aprimoramento do conhecimento geológico do território baiano, na identificação e pesquisa de seus recursos minerais e no fomento ao seu aproveitamento, atraindo, para este fim, a iniciativa privada.

A Companhia volta-se, também, para a execução de ações de cunho social, em convênio com prefeituras, associações e Companhias, disponibilizando para as administrações municipais sobre o aproveitamento dos bens minerais existentes, com fator de melhoria das condições de vida da população.

Imperioso destacar que em 2019 a Diretoria iniciou um processo de reavaliação de seus ativos minerários, baseado em relatório técnico-contábil emitido por uma empresa de consultoria especializada contratada para fazer uma análise minuciosa das Demonstrações Financeiras da CBPM, a fim de modernizar os procedimentos contábeis da Companhia, em congruências às normas internacionais de contabilidade. O resultado final desta avaliação resultou numa baixa considerável, superior a R\$100 milhões. Somado a isso, adotou uma postura austera na execução de suas atividades e despesas, perpassando um cenário nebuloso de baixa receita em relação aos seus gastos, atingindo no exercício 2021 um cenário altamente positivo.

Atualmente as principais fontes de receitas da Companhia estão vinculadas:

- a) Ao Contrato de Regulação do Pagamento de *Royalties*, subscrito com a empresa Vanádio de Maracás S.A., datado de 16 de setembro de 2013, relacionado à transferência de direitos minerários das jazidas de vanádio. O montante da receita auferida pela CBPM com esse contrato, no exercício de 2021, montou R\$ 24.933.387 (No exercício de 2020 montou R\$ 19.956.697). Considerado que a Vanádio de Maracás S.A. exporta integralmente a sua produção, as receitas da CBPM em relação ao Contrato de Regulação do Pagamento de *Royalties* mencionado, estão sujeitas às variações de preços internacionais e de câmbio. A Vanádio de Maracás é uma companhia controlada pela empresa canadense Largo Resources Ltd.
- b) Ao Contrato de Arrendamento de Direito Minerários, subscrito com a empresa Mirabela Mineração do Brasil Ltda. (Atlantic Nickel Mineração Ltda.), datado de 03 de março de 2008, relacionado à transferência de direitos minerários da jazida de minério de níquel. O montante da receita auferida pela CBPM com esse contrato, no exercício de 2021, montou R\$ 32.106.925. (No exercício de 2020 monta R\$ 12.456.454). As receitas da CBPM em relação ao referido contrato, também, estão sujeitas às variações de preços internacionais e de câmbio.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, com observância da NBC TG 1000 (R1). Aquelas aplicáveis de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. Políticas contábeis de transações irrelevantes não foram incluídas nas notas explicativas. As principais políticas aplicadas no preparo destas demonstrações contábeis estão apresentadas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das

demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As principais áreas que requerem maior nível de julgamento referem-se às provisões para perdas com devedores duvidosos e para contingências, além dos procedimentos de apropriação dos custos incorridos com pesquisas minerais. A Administração, com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos, avalia a necessidade de registrar provisões para contingências. O desfecho das causas judiciais e administrativas pode resultar em efeitos diferentes daqueles previstos pela Administração na elaboração das demonstrações contábeis.

2.1 Moeda funcional

A moeda funcional adotada pela Companhia é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Observando esses aspectos, a Administração definiu como moeda funcional da Companhia o Real, já que essa moeda é a que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida.

2.2 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes a caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e passivo circulantes têm liquidez imediata, ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando os prazos e as características desses instrumentos, que são sistematicamente negociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração da Companhia, visando evitar eventuais perdas, bem como estabelecer o equilíbrio entre o capital de terceiros e capital próprio. Os ativos financeiros foram classificados consoantes a seguir: (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – São os ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes a caixa e contas a receber de clientes. (ii) Ativos financeiros disponíveis para venda – Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. (iii) Empréstimos e recebíveis – São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses, após a data das demonstrações contábeis, os quais são classificados como ativo não circulante. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método dos juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros da Companhia estavam compostos por contas a pagar a fornecedores.

2.3 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição, que é inferior ao valor líquido de mercado. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

2.4 Investimentos

Os investimentos em sociedade controlada, quando aplicável, são avaliados pela equivalência patrimonial, as pequenas participações permanentes em outras empresas são registradas ao custo. Ambos estão ajustados, quando julgado necessário, por provisão para desvalorização de investimentos.

2.5 Imobilizado

O imobilizado está reconhecido pelo custo de aquisição, ajustado pela depreciação e amortização acumuladas. Tais encargos são reconhecidos de forma a reduzir o custo ao valor dos ativos, com exceção dos terrenos, levando-se em consideração a vida útil estimada com base no método linear, conforme demonstrado a seguir:

- Edificações: 25 anos;
- Instalações, Móveis e utensílios, Aparelhos e Ferramentas: 10 anos;
- Veículos e Equipamentos de processamento de dados: 5 anos.

Ativos integrantes do imobilizado são baixados quando ocorre a alienação ou quando nenhum benefício econômico é esperado pelo uso continuado do bem. Os ganhos ou perdas oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado, são determinados pela diferença entre a receita auferida, quando aplicável, e o respectivo valor residual do ativo e reconhecidos no resultado do exercício. Dispendios subsequentes a aquisição de um ativo imobilizado, somente são capitalizados quando for provável que os benefícios econômicos futuros associados a esses gastos fluirão para a Companhia.

2.6 Intangíveis

Os ativos intangíveis reconhecidos pela Companhia estão representados, substancialmente, por ativos minerários e ativos minerários em andamento e estão mensurados da seguinte forma:

- a) Ativos minerários: pelos custos incorridos com pesquisas minerárias, diminuído de exaustão acumulada. A exaustão é calculada com base nos prazos de vigência dos contratos de arrendamentos/*royalties* e apropriada ao resultado do exercício;
- b) Ativos minerários em andamento: pelos custos incorridos com pesquisas minerárias. Quando aplicável, esses custos são apropriados ao resultado, de acordo com avaliações emitidas pela área técnica da Companhia.

2.7 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercício. A receita compreende o valor presente de direitos oriundo de contratos de arrendamentos e de direitos a *royalties* e é

reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade são transferidos para os clientes. A Companhia adota como política de reconhecimento da receita, portanto, a data em que os benefícios inerentes aos contratos de arrendamentos/*royalties* são entregues aos seus clientes. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando é provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.8 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício, quando aplicável, compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações contábeis. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de imposto sobre a renda e da contribuição social, com relação às situações em que a regulamentação fiscal dá margem a interpretações. Reconhece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis.

2.9 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões se referem aos processos judiciais e autuações sofridas pela Companhia. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. As obrigações são atualizadas de acordo com a evolução dos processos judiciais ou encargos financeiros incorridos e podem ser revertidas caso as estimativas de perdas não sejam mais prováveis, ou baixada quando as obrigações forem liquidadas.

Essas provisões, quando constituídas, encontram-se fortemente alicerçadas nas opiniões dos assessores jurídicos da Companhia, levando em conta a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. Assim, a Administração considera que tais provisões são suficientes para atender às perdas decorrentes relacionadas com os respectivos processos. Mesmo que algum passivo esteja sendo discutido judicialmente, tal obrigação, é mantida até o ganho definitivo, quando não couberem mais recursos, ou quando da sua prescrição.

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A Companhia declara expressamente que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com a NBC TG 1000(R1), subscrita pelo Conselho Federal de Contabilidade. A administração da Companhia também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a Companhia não possui prestação pública de contas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação dos procedimentos previstos nessa norma contábil.

4. DISPONIBILIDADES – CONTA ÚNICA DO TESOIRO

Descrição	2021	2020
Conta Única do Tesouro Estadual - F213	28.009.946	9.081.104
Banco do Brasil S/A - 926506-6	1.365.111	998.302
Conta Única do Tesouro Estadual –F 626	311.850	311.850
Conta Única do Tesouro Estadual – F613	10.762.835	95.919
Conta Única do Tesouro Estadual –F 226	178.460	-
TOTAL	40.628.202	10.487.175

Correspondem aos recursos de liquidez imediata da Companhia, mantidos no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças “FIPLAN” do Governo do Estado da Bahia, sendo relativos: (a) saldos a executar pelos repasses das subvenções do Governo do Estado, e (b) *Royalties* creditados à Companhia, nos contratos de arrendamento existentes para exploração mineral.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Descrição	2021			2020
	A Vencer	Vencidas	TOTAL	TOTAL
Atlantic Nickel (Antiga Mirabela)	1.118.034		1.118.034	2.079.269
Vanádio de Manacás	5.089.039	7.913.893	13.002.932	3.610.841
B4F Mineração do Brasil S/A	3.750	-	3.750	76.042
Lagoa Matérias Primas	85.959	-	85.959	62.719
Cia. Brasileira de Bentonita	34.949	-	34.949	46.034
Mosa Mineração do Oeste Ltda.	5.719	-	5.719	4.560
Telhaforte Ltda.	2.821	-	2.821	2.291
Indústria de Cerâmica Pérola Branca	1.263	1.091	2.354	2.789
M.M. Pedras Ltda. (P.Petrolina)	-	19.715	19.715	17.583
Pedreira Santa Tereza	3.545	878	4.423	3.782
Ceramus Bahia S/A	13.690	-	13.690	-
Mineração Caiçara	-	46.918	46.918	-
Guido Ornamental Rocks	5.517	-	5.517	-
Portsmouth Participações Ltda.	530.297	-	530.297	-
Envirometals Participações	1.554	14.715	16.269	-
Pedreiras do Brasil S/A	137.779	-	137.779	-
Atlantic Nickel (Antiga Mirabela) outros	-	-	-	14.774
Subtotal: circulante	7.033.916	83.317	7.117.233	5.920.684
Subtotal: não circulante	-	7.913.893	7.913.893	-
Total	7.033.916	7.997.210	15.031.126	5.920.684

A Companhia, no início do exercício de 2020, foi comunicada pela Vanádio de Maracás S.A. sobre a decisão de distratar o fornecimento de pentóxido de vanádio, com o seu único cliente, a Glencore International AD., segundo a Administração da Vanádio de Maracás S.A., haja vista os procedimentos praticados nas vendas desse minério, considerando inicialmente um preço provisório, definido como a média das cotações divulgadas pelo London Metal Bulletin no mês

anterior ao faturamento para, posteriormente, mensurar os fornecimentos mediante o estabelecimento do preço real, definido no Contrato subscrito com a Glencore como determinados com base em cotações futuras.

Ainda consoante informações Administração da Vanádio de Maracás S.A., esse procedimento ocasionou um crédito para a Glencore, estimado em US\$68 milhões de dólares, com reflexo nas bases de cálculos dos royalties futuros pertencentes à CBPM, impondo reduções substanciais dos valores a serem recebidos, podendo até zerar em alguns meses, até que o reembolso do valor da mencionada diferença seja compensado.

A Administração da CBPM tem contestado essa possibilidade, sob a alegação de que a Companhia não participou, como de fato não teria que participar, da contratação do cliente da Vanádio de Maracás S.A., a empresa Glencore International AD, tendo encaminhado o assunto para a análise pela Procuradoria Geral do Estado da Bahia. Durante os exercícios de 2020 e 2021, a empresa Vanádio de Maracás S.A., promoveu o desconto no valor total de R\$ 7.095.628, em valores históricos, estando atualizado, até 31 de dezembro de 2021, pelos encargos contratuais relativos a variação da taxa IGP-M, desde o mês de vencimento (R\$663.090) e multa de 2% aplicada sobre o crédito atualizado (R\$155.174), totalizando R\$7.913.893.

6. CRÉDITOS DE FUNCIONÁRIOS

Descrição	2021	2020
Adiantamento de Férias	576.353	541.101
Adiantamento a Funcionários	11.347	11.347
Total	587.700	552.448

Os adiantamentos de férias concedidos aos funcionários, serão compensados quando da concessão dos direitos ao gozo das férias para esses funcionários.

Os adiantamentos a funcionários referem-se a saldo negativo gerado na folha de pagamento.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Descrição	2021	2020
Impostos a Restituir – Riosam	95.247	94.447
INSS a Compensar	41.840	53.625
INSS A RESTITUIR	20.552	-
FGTS a Ressarcir - Empregados	10.198	8.575
Imposto de Renda a Recuperar	837	4.562
Imposto de Renda a Compensar	-	458.280
Contribuição Social a Compensar	-	65.598
Total	168.674	685.087

Refere-se a tributos e contribuições passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, atualizados de acordo com a legislação vigente.

8. OUTROS VALORES A RECEBER

Descrição	2021	2020
Sindipeç - Sindicato dos Empregados	21.090	21.090
INSS a Regularizar	495	555.187
Outros Valores	17.420	-
Total	39.005	576.277

O valor do INSS a Regularizar refere-se à quitação de INSS sobre folha de pagamento de salários, autônomos, e retido de pessoas jurídicas, cuja nota de ordem bancária já foi emitida, porém não foi feita autenticação da guia por parte do banco, tendo a Companhia mantido o valor correspondente à obrigação no passivo circulante. Em 2021 a guia foi regularmente autenticada, porém o valor de R\$ 495,00 não foi processado juntamente com a guia geral.

9. TRANSFERÊNCIA GOVERNO DO ESTADO

Descrição	2021	2020
Governo do Estado da Bahia	-	11.611.923

No exercício de 2020, o Governo do Estado da Bahia (acionista controlador) transferiu disponibilidades da Companhia, no valor de R\$11.611.923, que foi convertido em recursos ordinários do Tesouro Estadual. No exercício de 2021, ocorreu a reversão desta operação e a consequente restituição deste valor para as contas da CBPM.

10. DEPÓSITOS RECURSAIS E CAUÇÕES

Descrição	2021	2020
Cauções	5.733.566	2.945.817
Depósito Recursal	719.684	448.755
Total	6.453.250	3.394.572

Os depósitos judiciais e cauções realizados pela Companhia estão relacionados com processos judiciais nas áreas trabalhista e cível.

Com base no posicionamento da assessoria jurídica, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, provisões para perdas prováveis com esses processos, em montante considerado suficiente para cobrir os riscos reais de perdas (ver nota explicativa 19).

11. CONVÊNIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS

Descrição	2021	2020
Convênios com Prefeituras e Associações	1.414.755	1.414.755

Essa conta registra os recursos de subvenções recebidas do Estado da Bahia para aplicação em convênios com terceiros, para implantação de núcleos, e foram repassados às entidades

conveniadas, principalmente prefeituras e associações. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 totalizava 22 convênios registrados e com saldos na contabilidade da Companhia, pendentes de homologação das respectivas prestações de contas, sendo:

Órgãos	Nº de Convênios
Prefeituras municipais	08
Associações	13
União Cultural	01
TOTAL	22

As prestações de contas desses convênios são acompanhadas pela Companhia e pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia - TCE. A situação em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tem a seguinte posição:

Situação em 31.12.2021	Nº.
Convênios enviado a TCE	03
Desaprovado pela TCE	01
Ajuizados pelo CBPM	14
Convênios em análises	04
TOTAL	22

12. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	2021	2020
Camaleão Mineração Ltda. a)	1.608.455	1.608.455
Indústria de Calcário Sublime S/A b)	591.871	591.871
(-) Camaleão Mineração Ltda. a)	(1.608.455)	(1.608.455)
(-) Indústria de Calcário Sublime b)	(591.871)	(591.871)
Ouro Não Beneficiado	222.130	215.813
Obrigações da Eletrobrás	43.383	43.383
Diamante Bruto	647	603
Total	266.160	259.799

Os créditos a receber junto às empresas Camaleão Mineração Ltda. e Indústria de Calcário Sublime, relativos a anos anteriores, estão com reconhecimento de provisão para perdas na totalidade dos valores envolvidos, considerando os riscos de não realização, em virtude dos processos judiciais em curso, quais sejam:

- a) Camaleão Mineração Ltda.: Ação judicial ingressada em 30.11.2016, processo 057881832.2016.8.05.0001;

b) Indústria de Calcário Sublime S.A.: Ação judicial ingressada em 29.03.1996, processo 0009710-2.2006.8.05.0001.

13. INVESTIMENTOS

Descrição	2021			2020
	<u>Custo Histórico</u>	<u>(-) Provisão para perdas</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
<u>13.1 Participações Societárias</u>				
<u>Participação em Coligadas e Controladas</u>				
Utinga Mineração Ltda.	53.616	-	53.616	53.616
<u>Participação em Outras Empresas</u>				
Vanádio de Manacás S/A	564.945	-	564.945	499.859
Finor	16.124	-	16.124	16.124
Copernorte	12.296	(12.296)	-	-
Kordsa Brasil S/A (antiga Cobafi)	10.086	-	10.086	5.828
Bahiatura	4.094	(4.094)	-	-
Minerais Industriais do Nordeste	246	(246)	-	-
Prodeb	197	(101)	96	62
Embraer	10	-	10	10
Copene	9	-	9	9
Sub-total	661.623	(16.737)	644.886	575.508
<u>13.2 Propriedades para Investimento</u>				
Terreno em Lençóis	42.500	-	42.500	42.500
Fazenda Jurema Leste	28.127	-	28.127	28.127
Fazenda Samambaia	16.876	-	16.876	16.876
Fazenda Brejo do Mamoeiro	9.281	-	9.281	9.281
Fazenda Brejo	3.516	-	3.516	3.516
Obras de Arte	5.400	-	5.400	5.400
Sub-total	105.700	-	105.700	105.700
TOTAL	767.323	(16.737)	750.586	681.208

13.1 Participações societárias

As participações societárias, quando aplicável, estão demonstradas com o ajuste pela equivalência patrimonial.

A Companhia é controladora da empresa Utinga Mineração Ltda., que se encontra com suas atividades paralisadas desde janeiro de 1975.

A CBPM participa no capital social da Vanádio de Maracás S/A, com a qual mantém um Contrato de Regulação do Pagamento de *Royalties*, que representa uma das maiores fontes de receita da Companhia.

13.2 Propriedades para Investimento

Imóveis próprios não de uso e obras de arte estão mensurados em conformidade ao CPC 28 - Propriedade para Investimento, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, através da NBC TG 28 (R3), que determina esses registros no grupo de contas de investimentos, totalizando R\$105.700. A valoração das propriedades para investimento considera o custo histórico de aquisição, sem ajustes decorrentes de encargos de depreciação.

14. IMOBILIZADO

	2021			2020
REFERÊNCIA	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	3.291.831	(2.370.704)	921.127	988.657
Terrenos	697.449	-	697.449	697.449
Aparelhos e Ferramentas	3.612.224	(2.534.730)	1.077.494	411.839
Veículos	1.469.393	(1.160.068)	309.325	422.324
Instalações	2.469.497	(2.244.508)	224.989	266.248
Equipamentos de Informática	1.888.537	(1.671.661)	216.876	309.868
Móveis e Utensílios	1.192.779	(1.142.997)	49.782	56.123
Litoteca e Outros	530.840	(503.858)	26.983	26.983
Total	15.152.550	(11.628.526)	3.524.024	3.179.491

A movimentação do ativo imobilizado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, é demonstrada a seguir:

	Saldos Líquidos 31/12/20	Adições	(-) Baixas	Depreciação	(+) Baixa de depreciação	Saldos Líquidos 31/12/21
Edificações	988.657	-	-	(67.530)	-	921.127
Terrenos	697.449	-	-	-	-	697.449
Aparelhos e Ferramentas	411.839	820.925	(85.757)	(153.778)	84.265	1.077.494
Veículos	422.324		(836.743)	(112.999)	836.743	309.325
Instalações	266.248	47.572	(2.330)	(88.831)	2.330	224.989
Equipamentos de Informática	309.868		(260.704)	(92.992)	260.704	216.876
Móveis e Utensílios	56.123	5.880	(66.226)	(10.304)	64.309	49.782
Litoteca e Outros	26.983	-	-	-	-	26.983
Total	3.179.491	874.377	(1.251.760)	(526.435)	1.248.351	3.524.024

15. INTANGÍVEL

	2021			2020
REFERÊNCIA	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldos Líquidos	Saldos Líquidos
Software	2.241.437	(2.176.441)	64.996	63.723
Marcas e Patentes	1.933	(1.933)	-	16
Ativos Minerários	19.409.007	(12.056.497)	7.352.510	7.680.698
Ativos Minerários em Andamento	16.252.264	-	16.252.264	39.992.444
TOTAL	37.904.641	(14.234.871)	23.669.770	47.736.881

Os valores mensurados como ativos intangíveis são representados pelos custos incorridos com pesquisas minerais, realizados até 31 de dezembro de 2018 e em processo de exploração por terceiros mediante contratos de arrendamentos/*royalties*, com a transferência, pela Companhia, dos direitos minerários das jazidas prospectadas.

Os custos dos ativos minerários em exploração são apropriados ao resultado mediante a procedimento de exaustão.

A movimentação dos ativos intangíveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, é demonstrada a seguir:

	Contas patrimoniais					Exaustão/Amortização		
Descrição	Saldo 31/12/2020	Adições	(-) Baixas	(-) Prêmio Oportunidade Outros	Saldo 31/12/2021	Saldo 31/12/2020	Adições	Saldo 31/12/2021
<i>Ativos minerários:</i>								
. Em andamento	39.992.444	-	(23.740.180)		16.252.264	-	-	-
. Em exploração	19.409.007	-	-		19.409.007	(11.728.309)	(328.188)	(12.056.497)
Softwares	2.222.252	19.185	-		2.241.437	(2.158.529)	(17.912)	(2.176.441)
Marcas/patentes	1.933	-	-		1.933	(1.916)	(17)	(1.933)
Total	61.625.636	19.185	(23.740.180)		37.904.641	(13.888.754)	(346.117)	(14.234.871)

(-) Baixas:

A Administração, seguindo orientação técnica de empresa especializada, adotou mudança de critério para a mensuração dos ativos minerários no sentido de atualizar suas práticas contábeis para o que já vinha sendo praticado pelas grandes companhias de mineração no Brasil e no mundo, passando a reconhecer integralmente no resultado, a partir do exercício de 2019, os custos realizados relativos aos empreendimentos em fase de pesquisa, e mantendo o registro no intangível daqueles valores ativados até 31 de dezembro de 2018 e avaliados com perspectivas de viabilidade econômica para exploração, e para isso criou um grupo de trabalho incumbido de identificar projetos que, em essência, referem-se a etapas iniciais das atividades de pesquisa, não cabendo assim sua classificação como ativo, a fim de reclassificá-los para o resultado, e identificar os projetos cujos resultados apresentaram achados que consistem em probabilidades reais de retorno econômico das áreas pesquisadas. Por conta dessa mudança de critério, o grupo de trabalho interdisciplinar formado por geólogos, contador, engenheira de minas e técnicos em

mineração, criado pela Administração da CBPM, continua com os trabalhos de avaliação de cada projeto de pesquisa que compõe o saldo de intangíveis acumulado até 2018 a fim de se verificar item a item quais projetos estão aptos a terem os direitos minerários arrendados a terceiros, gerando assim fluxos de caixa futuros; quais projetos possuem valor de uso como base de conhecimento para fomentar novas pesquisas ou ainda para prestação de serviços e/ou venda de mapas, de banco de dados e informações geológicas a empresas mineradoras; e quais projetos se tratam simplesmente de gastos iniciais em pesquisa, tendo esses últimos como destino a baixa contábil. Como resultado desse trabalho, a Companhia transferiu para o resultado do exercício de 2021, o valor de R\$ 23.740.180 (no exercício de 2020 foi transferido para o resultado o valor de R\$48.433.986).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém como ativo intangível, identificado como ativos minerários em exploração, o montante líquido de R\$7.352.510, correspondente aos custos de pesquisas minerais (R\$19.409.007), deduzido pelo saldo da exaustão acumulada (R\$12.056.497), correspondentes a jazidas minerárias. Parte dessas jazidas, que por não está gerando receitas para a Companhia, deveria ser transferido para o resultado. Essas jazidas não operacionais estão cedidas a empresas exploradoras mediante contratos de arrendamentos vigentes, algumas com investimentos milionários, porém não foram exploradas plenamente no ano de 2021 por diversos fatores e oscilações inerentes à atividade mineral.

Exaustão:

A exaustão sobre os ativos minerários em exploração é apurada e apropriada ao resultado de acordo com os prazos de exploração de cada jazida mineral, constantes dos respectivos contratos de arrendamentos/*royalties*.

Teste de recuperação de ativos (*"Impairment"*):

Em 2021, a Companhia, baseada nos mesmos valores em uso e os valores justos atribuídos como base no Laudo de Teste de *Impairment* de 2011, mediante critério de avaliação consistente, utilizou o maior valor, entre o valor justo e o valor em uso, baseado nos fluxos de caixa descontados, para analisar o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil definida (vide CPC 01 R1 item 10, 15 e 19). Nesse caso, também não houve perda do valor recuperável, esse apresentou valor superior em relação ao contábil de 2021. Por tanto efetuou a análise do teste de valor recuperável, não reconhecendo nenhum ajuste contábil.

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Descrição	2021	2020
Cofins	409.124	353.054
Pasep a Recolher	87.015	76.250
Imposto de Renda /lucro	10.909	
ISSQN a Recolher	1.637	5.317
Contribuição Social /Lucro	2.810	-
Total	511.495	434.621

Refere-se às obrigações relacionadas com as atividades operacionais da Companhia, apropriadas em conformidade à legislação vigente, e com previsão de recolhimento no mês de janeiro de 2021.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Descrição	2021	2020
INSS a Recolher	2.289	517.907
INSS Retido	1.219	30.490
INSS Autônomos	-	8.009
Total	3.508	556.406

Corresponde às obrigações relacionadas com as atividades operacionais da Companhia, apropriadas em conformidade à legislação vigente, e com previsão de recolhimento no mês de janeiro de 2021.

18. PROVISÃO DE FÉRIAS

Descrição	2021	2020
Férias e Encargos Sociais	2.783.268	2.984.955

O saldo de férias a pagar inclui a obrigação vencida e proporcional, inclusive adicional de 1/3 previsto na Constituição Federal, e encargos sociais sobre os valores apropriados, devidos até o encerramento dos exercícios.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Descrição	2021	2020
Indenizações a Pagar - Processos Trabalhistas	8.610.094	5.778.508

A Companhia possui demandas judiciais associadas a diversos processos trabalhistas, para os quais vem apresentando defesas e recursos cabíveis, sendo que alguns desses processos não apresentam, nesse momento, uma definição clara quanto aos seus desfechos.

Com base nas avaliações e informações fornecidas pelos responsáveis da Assessoria Jurídica da Companhia, que identificou os processos com expectativas de perdas prováveis e de perdas possíveis, a Administração provisionou, em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$5.778.508 e em 2021 o valor desta provisão monta R\$8.610.094.

Além desses processos, cujas as perdas foram avaliadas como prováveis, a Companhia se defende judicialmente de outros litígios, cujas avaliações dos Assessores Jurídicos foram classificadas como de perdas possíveis, consoante demonstrado no quadro a seguir:

Referência	Quantidade de processos	Sucumbência Estimada
Processos recursais, cíveis e tributários (<u>perda provável</u>)	31	8.610.094
Processos recursais, cíveis e tributários (<u>perda possível</u>)	54	69.623.783

20. SUBVENÇÕES – CUSTEIO E IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS

Descrição	2021	2020
Implantação de Núcleos	1.414.756	1.414.756

Refere-se a subvenções repassadas pelo Governo do Estado da Bahia, para implantação de núcleos ligados aos artesanatos de minérios e para custeio, registradas em contas ativas e passivas conforme mencionados na nota explicativa nº 11.

As obrigações da Companhia, decorrentes desses recursos recebidos, são relativas ao recebimento das prestações de contas, por parte das entidades conveniadas, e homologação das mesmas, com disponibilização da documentação correspondente ao Tribunal de Contas do Estado. A obrigação passiva junto ao Governo do Estado decorre das pendências de apresentação das referidas prestações de contas, por parte das entidades conveniadas, para posterior homologação.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital Social

Acionistas	Participações %	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	TOTAL
Governo do Estado da Bahia	99,991387	79.995.026	19.996.361	99.991.387
COELBA	00,004288	2.144	2.144	4.288
CPRM	00,002830	2.830	-	2.830
Pessoas físicas	00,001495	-	1.495	1.495
Total	100,000000	80.000.000	20.000.000	100.000.000

O Capital Social é de R\$100.000.000 é representado por 100.000.000 de ações nominativas no valor nominal de R\$1 cada, sendo 80.000.000 de ações ordinárias e 20.000.000 de ações preferenciais.

Cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas. As ações preferenciais não ensejam direito a voto, mas lhes são assegurados dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o lucro líquido, bem como prioridade na distribuição e no reembolso do capital social, pelo seu valor nominal, em caso de dissolução ou liquidação da Companhia.

É assegurado ao Governo do Estado da Bahia subscrever isoladamente ou em conjunto com entidades estaduais da administração indireta, um mínimo de 51% do capital social com direito a voto.

21.2 Reservas Constituídas

Descrição	2021	2020
Reservas de Incentivos Fiscais	46.124.215	46.124.215
Reserva Especial	611.557	611.557
Total	46.735.772	46.735.772

As reservas de incentivos fiscais são originárias das transferências do Governo de Estado através de subvenções econômicas para investimento. A reserva especial decorre de dividendo não distribuído de acordo com deliberação da Assembleia Geral.

21.3 Prejuízos Acumulados

Descrição	2021	2020
Prejuízos de Exercícios Anteriores	(71.430.103)	(37.686.837)
Resultado do Exercício	3.925.488	(49.441.742)
Absorção com reservas	-	15.698.476
Total	(67.504.615)	(71.430.103)

22. TOTAL DA RECEITA BRUTA

DESCRIÇÃO	2021	2020
Receitas de Arrendamento/ <i>royalties</i>	58.322.445	33.060.768
Levantamento Aerogeofísico	762.041	34.798
Aluguel de Imóveis	-	12.196
Prêmio de Oportunidades	1.700.000	3.500
Total	60.784.486	33.111.262

23. IMPOSTOS

DESCRIÇÃO	2021	2020
COFINS - Faturamento	4.619.621	(2.516.147)
PASEP	1.002.944	(546.269)
ISS	38.102	(1.915)
Descontos	-	(4.065)
Total	5.660.667	(3.068.396)

24. CUSTOS

DESCRIÇÃO	2021	2020
Exaustão de Jazidas	(328.188)	(291.249)
Levantamento Aero-geofísico	-	(25.147)
Total	(328.188)	(316.396)

A despesa com exaustão de jazidas no exercício de 2021, está representada pela amortização das jazidas minerárias que estão gerando receitas para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, o custo dessas jazidas não operacionais montava R\$11.840.651, e o total acumulado da exaustão totalizava R\$7.367.273. Como consequência, custos minerários líquidos com jazidas não operacionais, monta R\$4473378, em 31 de dezembro de 2022, Esses custos minerários, bem como a exaustão acumulada, estão contabilizados como ativo intangível, conforme nota explicativa 15.

Essas jazidas estão cedidas a empresas exploradoras mediante contratos de arrendamentos vigentes, algumas com investimentos milionários, porém não foram exploradas plenamente no ano de 2021 por diversos fatores e oscilações inerentes à atividade mineral.

25. ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2021	2020
Salários e Adicionais	8.474.989	8.358.365
Encargos Sociais	4.422.613	4.555.036
Serviços de Terceiros - Outros	4.396.774	3.650.143
Benefícios	2.343.204	2.378.731
Honorários com Encargos	1.006.260	1.015.694
Indenizações Trabalhistas	149.181	456.151
Despesas Gerais e Consumo	276.681	295.003
Tarifas	328.567	287.639
Despesas com Veículos	170.273	84.402
Total	21.568.542	21.081.164

26. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Descrição	2021	2020
Salários e Adicionais	7.066.537	7.474.085
Encargos Sociais	3.566.983	4.059.710
Serviços de Terceiros - Outros	5.746.402	1.999.451
Despesas Gerais e Consumo	1.398.472	608.799
Despesas com Veículos	205.034	86.868
Total	17.983.428	14.228.913

27. TRIBUTÁRIAS

Descrição	2021	2020
DNPM	1.553.165	1.804.523
IPTU	422.684	392.785
Cofins sobre Receitas Financeiras	47.099	72.810
Custas Processuais	221.084	48.747
Pasep sobre Receitas Financeiras	7.654	11.832
CREA	11.009	9.839
Taxa Diversas	12.768	9.669
TFF	2.051	1.966
ITR	805	805
Licenciamento de Veículos	3.241	3.243
Impostos Sindical	175	
Total	2.281.735	2.356.219

28. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

Descrição	2021	2020
Reversão de Provisões Indenizações Trabalhistas	-	490.049
Recuperação de Despesas	35.925	97.685
Participação Societária Positiva	69.378	23.136
Indenização	-	8.110
Dividendos	16.729	541
Provisão Indenizações Trabalhistas	(2.831.587)	(10.000)
Outras Despesas Operacionais	(2.348)	(7.664)
Provisão para Perdas em Investimentos	-	(4.094)
Reclassificação Receita de Royalties 2019	-	(1.057.627)
Baixa de Ativos Intangíveis Minerários	(23.740.179)	(48.438.284)
Total	(26.452.082)	(48.898.148)

Os custos com pesquisas minerais (baixas de ativos intangíveis minerários) correspondem às pesquisas minerais que se encontravam concluídas (ver nota explicativa 15), cuja avaliação pela área técnica da Companhia foi de inexistência de minérios nas áreas pesquisadas, ou de existência de minérios de qualidade/quantidade insuficiente para exploração econômica ou ainda de indícios de existências de minérios que, no entanto, demandam novas pesquisas e novos estudos.

29. SUBVENÇÕES

DISCRIPTION	2021	2020
Subvenções para Custeio	18.626.086	6.104.574

Essas subvenções são previstas no orçamento fiscal da Companhia, que integra o orçamento fiscal do Estado da Bahia, sócio controlador, sendo esses recursos recebidos para executar despesas orçadas pela Companhia, através do sistema integrado do Estado da Bahia (FIPLAN).

30. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2021	2020
Receitas Financeiras	1.177.470	1.820.260
Multas Contratuais	-	1.372.889
Correção Monetária Ativa	845.891	159.384
Juros sobre Depósitos Recursais/Cauções	157.128	108.817
Juros sobre Tributos a Compensar	9.949	63.844
Multas Recebidas	154.036	28.716
Juros Recebidos	2.483	333
Outras Receitas Financeiras	7.983	86.277
Despesas Financeiras	(7.425)	(19.443)
Multas de Mora	(1.126)	(8.776)
Juros de Mora	(940)	(5.496)
Despesa Bancaria	(4.794)	(3.013)
Outras Despesas Financeiras	(565)	(2.157)
Resultado financeiro	1.170.045	1.800.817

31. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

HISTÓRICO	VALOR
(+) Venda de bens	178.460
(+) Baixa de depreciação de bens	1.245.989
(-) Baixa do imobilizado	(1.249.398)
RESULTADO LÍQUIDO	175.051

32. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	Valor
IRPJ	1.464.201
CSLL	546.975
TOTAL	2.011.176

A Companhia apura o Imposto de Renda e a Contribuição Social com base no lucro real, por intermédio do levantamento de balancete de suspensão. A suspensão ou redução do pagamento do imposto devido mensal será factível a partir do instante em que se obtenha a comprovação por intermédio de balancetes mensais internos, que o montante dos tributos a pagar já tenha sido integralmente pago.

33. SEGUROS CONTRATADOS (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de

sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes com base em 31 de dezembro de 2021, são demonstrados a seguir:

Bens segurados Riscos cobertos Montante da cobertura:

Referência/cobertura	Valor
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	10.030.000
Danos elétricos	50.000
Subtração de bens	10.000
Equipamentos eletrônicos	100.000
Quebra de vidros	5.000
Recomposição de registros e documentos	10.000

34. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes a caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir a liquidez das suas operações e manter o seu endividamento em níveis compatíveis.

Os valores registrados no ativo e passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimentos em prazos inferiores a doze meses. Considerando os prazos e as características desses instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo o seu patrimônio. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou qualquer outro instrumento especulativo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

a) Risco de crédito – A política de arrendamentos dos direitos de exploração de recursos minerais da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento dos valores a receber por arrendamentos e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito sobre caixa e equivalentes é inexistente, haja vista que esses recursos são mantidos em Conta Única do Tesouro do Estado da Bahia.

b) Risco de liquidez – A área financeira da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excedente de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para a administração do capital circulante é mantido em Conta Única do Tesouro Estadual. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha na Conta Única do Tesouro Estadual montante considerado pela sua Administração, suficientes para a pronta geração de entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Carlos Luciano de Brito Santana
Diretor Administrativo Financeiro

José Zilfredo Santana Lima
Contador – CRC-BA 010901/0-9



A CBPM apoia os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) / 2030 da ONU

4ª Avenida, nº 460
Centro Administrativo da Bahia
Salvador – Bahia - CEP 41745-002
Tel: (71) 3115-7420